

Preocupação com popularidade determinou recuo em texto de MP

Mais que a pressão do Ministério Público, pesou o temor de reação negativa na sociedade

BRASÍLIA – O recuo tático do Palácio do Planalto no confronto com o Ministério Público foi uma opção política, de um governo preocupado em não provocar reações negativas junto à opinião pública para não comprometer a popularidade que começa a dar sinais consistentes de recuperação. Enquanto prepara o novo texto da medida provisória que estabelece regras para a atuação do órgão, colaboradores próximos ao presidente Fernando Henrique Cardoso garantem que o governo não abriu mão e preservou o principal objetivo da lei: impor limites aos procuradores.

Mais que a grita dos procuradores, pesou na decisão do presidente o temor de uma reação negativa da sociedade, que poderia pensar que seu governo não quer combater a prática de irregularidades. Houve também o entendimento de que a retirada da multa não esvaziaria a imposição de regras para impedir que o Ministério Público continue trabalhando com acusa-

ções sem comprovação.

O presidente concordou com a revisão do texto da medida provisória durante reunião com alguns dos seus principais colaboradores, anteontem. Estiveram com ele o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o advogado-geral da União, Gilmar Mendes e o ministro da Justiça, José Gregori, que lhe fizeram uma avaliação do impacto que a reação dos procuradores poderia ter. Decidiu-se retirar a multa, mas manter regras.

“Ou o presidente assume uma posição, ou fica à reboque”, justificou um interlocutor de Fernando Henrique. “É preciso discutir uma reinstitucionalização do Ministério Público, ou então, vai virar a casa da mãe Joana”, desabafou um ministro.

Ele admitiu que a polêmica medida provisória é fruto da impaciência do governo com os procuradores que impuseram a membros do governo uma torrente de acusações ao longo dos últimos meses. “A gota d’água foi aquela brincadeira com a Abin”, contou o ministro, lembrando-se do vazamento de documentos sigilosos da Agência Brasileira de Inteligência. (D.O.)